



SE 05. Gênero e sexualidade: conservadorismos, violências e ativismos

Isadora Lins França (Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Sérgio Luis Carrara (Instituto de Medicina Social) - Coordenador/a, Jacqueline Moraes Teixeira (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap) - Participante, Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp) - Participante, Vanessa Jorge Leite (Instituto de Medicina Social UERJ) - Participante, Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu (Unicamp)) - Participante, Roberto Efrem Filho (Universidade Federal da Paraíba) - Participante, Paulo Victor Leite Lopes (UFRN) - Participante, Maria Filomena Gregori (UNICAMP) - Debatedor/a, Carla de Castro Gomes (Pesquisadora) - Participante, Mario Felipe de Lima Carvalho (UFRJ) - Participante, Regiina Facchini (Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp) - Participante, Júlio Assis Simões (Universidade de São Paulo) - Debatedor/a

Na esteira de simpósios organizados em RBAs anteriores (2012, 2014, 2016) pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA, este SE discute a reação conservadora, que tem como um dos pontos centrais de articulação a crítica aos conceitos de gênero e de sexualidade, bem como as propostas políticas que, buscando promover a cidadania de diferentes categorias sociais, deles emanam ou neles se enredam. Se, de um lado, essa reação ameaça a agenda que, nos últimos vinte anos, vem sendo construída por ativistas e militantes em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. De outro, em seu matiz profundamente essencialista, contesta o próprio conhecimento que, em larga medida, caracteriza a antropologia contemporânea e que pode ser considerado seu incontestável legado às ciências humanas e sociais. A primeira sessão dar continuidade ao debate sobre religião e conservadorismos, apontando para as diferentes convenções e moralidades relacionadas a gênero e a sexualidade no campo religioso e para sua diversidade interna. Em seguida, abordaremos o cenário no qual a violência não apenas é perpetrada, mas também administrada pelo Estado, em arranjos que interpelam diferencialmente os sujeitos na medida em que gênero e sexualidade articulam-se a outras categorias. Na terceira sessão, a reação conservadora disputa espaço e convive com a emergência de novos sujeitos e novas formas de organização política que situam gênero e sexualidade como arenas de intensa transformação nos nossos dias.

"Maria da Penha como Maria Madalena": algumas respostas evangélicas para violência de gênero

Autoria: Jacqueline Moraes Teixeira

A emergência da Lei 11.340/06, lei "Maria da Penha" que criminaliza a violência doméstica aparece como diretriz fundante de inúmeros projetos desenvolvidos por igrejas evangélicas. Trata-se aqui de um exercício comparativo acerca de três projetos de alcance nacional desenvolvidos por três igrejas evangélicas. Meu objetivo é pensar a partir dos materiais produzidos pelos projetos, a produção civil de uma noção de conversão que se baseia no reconhecimento jurídico da condição de sofrimento. Categorias como denúncia e



divórcio se desenham como um caminho para o aprendizado de uma relação heterossexual saudável, um estágio rumo a conversão. A concepção de afetividade saudável a partir de uma pedagogia que visa o cuidado de si tornam-se linguagens substanciais de produção de um sujeito que deve afastar-se da condição jurídica do sofrimento para assumir o relato público como crente civil.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**